DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

www.pwc.com.br

Real e Benemérita Associação de Beneficência Portuguesa

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente

pwc

DS VBB DS MPMS DS DS DS AAP

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Associados
Real e Benemérita Associação de
Beneficência Portuguesa

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Real e Benemérita Associação de Beneficência Portuguesa ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Real e Benemérita Associação de Beneficência Portuguesa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidade sem Finalidade de Lucros".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de março de 2022, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidade sem Finalidade de Lucros" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ouerro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

DS VBB DS MPMS DS DS DS AAP

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

Real e Benemérita Associação de
Beneficência Portuguesa

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.
As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Signed By: DANIEL VINICIUS FUMO:22704057818
CPF: 22704057818
Signing Time: 30 March 2023 | 16:56 BRT
ICP Brasil

Daniel Vinicius Fumo
Contador CRC 1SP256197/O-9

DS VBB DS MPMS DS DS DS AAP

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

Conteúdo

Balanço patrimonial **1**

Demonstração do resultado **2**

Demonstração do resultado abrangente **3**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido **4**

Demonstração dos fluxos de caixa **5**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **6**

DS VBB DS MPMS DS DS DS AAP

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8.a	121.906	104.877
Títulos e valores mobiliários	8.b	-	163.284
Recursos vinculados a convênios	8.c	324	91
Contas a receber	9	941.415	742.089
Estoques	10	57.273	59.702
Ativo mantido para venda	12.b	28.592	-
Outros créditos		6.581	2.617
Despesas pagas antecipadamente		752	354
Total do circulante		**1.156.843**	**1.073.014**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	18.b	2.879	9.143
		2.879	**9.143**
Propriedade para investimentos	11	39.443	40.383
Imobilizado	12	912.566	926.050
Direito de uso	13	7.286	10.483
Intangivel		3.529	5.142
		962.824	**982.058**
Total do não circulante		**965.703**	**991.201**
Total do ativo		**2.122.546**	**2.064.215**

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores de materiais e medicamentos	14	301.509	175.656
Empréstimos	15	51.371	155.382
Obrigações trabalhistas e sociais	16	118.317	115.044
Honorários e comissões médicas		28.425	25.979
Impostos, taxas e contribuições a recolher		3.961	2.990
Gastos a incorrer de convênios	17	1.048	2.994
Arrendamento mercantil	13	2.026	4.710
Adiantamento de clientes		19.817	3.953
Ações de Filantropia	26	14.048	51.228
Outras contas a pagar		18.888	22.947
Total do circulante		**559.410**	**560.883**
Não circulante			
Empréstimos	15	246.753	131.949
Arrendamento mercantil	13	4.725	5.266
Provisão de contingência	18.a	31.482	24.685
Passivo atuarial	19	384.818	386.254
Receita diferida		16.058	20.758
Gastos a incorrer de convênios	17	9.111	11.419
Adiantamento de clientes		12.231	16.908
Total do não circulante		**705.178**	**597.239**
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	20	578.502	612.902
Subsídios para investimentos e pesquisas	20	282	282
Ajuste de avaliação patrimonial	20	279.174	292.909
Total do patrimônio líquido		**857.958**	**906.093**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.122.546**	**2.064.215**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS VBB DS MPNS DS DS DS AAP

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência

Demonstração dp resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita da atividade hospitalar			
Pacientes e convênios	21	1.846.149	1.746.673
Outras receitas operacionais		16.138	18.426
Total das receitas		**1.862.287**	**1.765.099**
Receitas (custos e despesas) operacionais			
Custo dos materiais, medicamentos e honorários médicos	22	(661.263)	(587.140)
Despesas com pessoal	23	(677.016)	(621.215)
Despesas gerais e administrativas	24	(416.682)	(410.039)
Provisão para perdas de crédito esperada	9	(28.100)	(33.286)
Depreciações e amortizações		(48.145)	(50.203)
Ações em filantropia	26	(102.155)	(60.389)
Outras receitas operacionais	27	112.377	11.540
Outras (despesas) operacionais		643	(1.651)
		(1.820.341)	(1.752.383)
Superávit (déficit) operacional antes do resultado financeiro		**41.946**	**12.716**
Receitas financeiras	25	18.172	12.796
Despesas financeiras	25	(105.531)	(69.467)
(Despesas) financeiras, líquidas	25	(87.359)	(56.671)
Déficit do exercício		**(45.413)**	**(43.955)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS VBB DS MPNS DS DS DS AAP

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Déficit do exercício	(45.413)	(43.955)
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Variação atuarial sobre obrigação com os associados (nota 19)	(2.722)	52.739
Resultado abrangente total	**(48.135)**	**8.784**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Subvenção para investimentos e pesquisas	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	**598.714**	**282**	**298.314**	**-**	**897.309**
Déficit do exercício	-	-	-	(43.955)	(43.955)
Outros resultados abrangentes					
Variação atuarial sobre obrigação com os associados	52.739	-	-	-	52.739
Total do resultado abrangente	**651.453**	**282**	**298.314**	**(43.955)**	**906.094**
Realização de reserva	-	-	(5.405)	5.405	-
Transferência para patrimônio social	(38.550)	-	-	38.550	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**612.903**	**282**	**292.909**	**-**	**906.093**
Déficit do exercício	-	-	-	(45.413)	(45.413)
Outros resultados abrangentes					
Variação atuarial sobre obrigação com os associados (nota 19)	(2.722)	-	-	-	(2.722)
Total do resultado abrangente	**610.180**	**282**	**292.909**	**(45.413)**	**857.958**
Realização de reserva			(13.735)	13.735	-
Transferência para patrimônio social	(31.678)			31.678	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**578.502**	**282**	**279.174**	**-**	**857.958**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS VBB DS MPMS DS DS DS AAP

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa da atividades operacionais	**2022**	**2021**
Déficit do exercício	**(45.413)**	**(43.955)**
Ajuste por		
Depreciação e amortização	48.145	50.223
Juros e variação monetária	42.131	19.159
Juros apropriados sobre títulos e valores mobiliários	(18.172)	(12.796)
Juros passivo atuarial	34.269	30.945
Resultado na venda de ativos imobilizados	28.893	1.210
Provisão de ações em filantropia	(37.180)	51.228
Provisão para glosa e créditos de liquidação duvidosa	138.573	96.464
Juros sobre arrendamento mercantil	644	500
Provisão para contingências	17.397	14.948
Superávit ajustado	**209.287**	**207.926**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução das contas do ativo		
Recursos vinculados a convênio	(233)	15.530
Contas a receber	(337.899)	(218.399)
Estoques	2.429	(16.961)
Ativo mantido para venda	(28.592)	-
Outros créditos	(3.964)	982
Despesas antecipadas	(398)	(241)
	(368.657)	(219.089)
Aumento (redução) das contas do passivo		
Fornecedores de materiais e medicamentos	125.853	33.089
Impostos taxas e contribuições	971	112
Obrigações trabalhistas e sociais	3.273	14.818
Contingências e depósitos judiciais	(4.336)	(14.126)
Honorários e comissões médicas	2.446	2.261
Gastos a incorrer com convênios	(4.254)	(8.656)
Passivo atuarial	(38.427)	(31.092)
Outras contas a pagar	2.406	13.215
	87.932	9.621
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(71.438)**	**(1.542)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação em títulos de valores mobiliários	(1.276.595)	(1.093.055)
Resgate em títulos de valores mobiliários	1.458.051	1.179.271
Adições do imobilizado e intangível	(55.985)	(24.549)
Caixa liquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**125.471**	**61.667**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de emprestimos	288.500	-
Amortização de arrendamento mercantil	(5.665)	(5.302)
Amortização de emprestimos e financiamentos	(283.000)	-
Amortização juros	(36.839)	(16.150)
Caixa liquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamen	**(37.004)**	**(21.452)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**17.029**	**38.673**
Caixa e equivalentes do início do exercício	104.877	66.204
Caixa e equivalentes do final do exercício	121.906	104.877
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**17.029**	**38.673**
Transações que não afetam caixa		
Atuarial obrigação com os associados	(2.722)	52.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A **BP – A Beneficência Portuguesa de São Paulo**, cuja razão social é Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência ("Associação"), é uma entidade civil de direito privado de caráter beneficente, social e científico, sem finalidade lucrativa, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira. Foi fundada em 2 de outubro 1859 e é composta por 4 marcas de serviços hospitalares com foco em alta complexidade e que atendem diferentes segmentos de clientes, além de outras 3 marcas que contemplam serviços de medicina diagnóstica, consultas ambulatoriais e educação e pesquisa, atuando em 3 unidades na cidade de São Paulo, sendo 2 no bairro da Bela Vista, onde são concentrados os serviços privados.

O polo de saúde é composto pelo **Hospital BP**, referência em casos de alta complexidade, pronto-socorro geral e corpo clínico especializado para clientes de planos de saúde, particulares e SUS; pelo **BP Mirante**, hospital que oferece um corpo clínico renomado, pronto atendimento privativo, hotelaria personalizada e cuidado intimista para clientes particulares e de planos de saúde *premium*; pelo **BP Essencial**, hospital que tem foco na qualidade assistencial e oferece acomodações compartilhadas para clientes de planos de saúde básicos e particulares; pelo **BP Hospital Filantrópico**, que oferece cuidado humanizado e eficaz para clientes regulados pelo Sistema Único de Saúde (SUS); pela **BP Medicina Diagnóstica**, um completo e atualizado centro de diagnósticos e de terapias, que oferece exames laboratoriais, de imagem, métodos gráficos e de todas as outras especialidades diagnósticas; pelo **BP Vital**, um conjunto clínicas e consultórios com foco em promoção de saúde a partir do olhar atento e acolhedor dos nossos profissionais em prol do cuidado integral de saúde de todos os clientes; e pela **BP Educação e Pesquisa**, tradicional formadora de profissionais de saúde que capacita profissionais por meio de cursos técnicos e de pós-graduação, residência médica, eventos científicos e é responsável por gerenciar estudos e pesquisas na área da saúde com o intuito de contribuir para a evolução da Medicina no País.

Proadi-SUS

No final de 2020, a BP foi oficialmente integrada ao Programa de Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi–SUS), que contribui para o desenvolvimento da saúde pública brasileira por meio de projetos de abrangência nacional. A inclusão da BP nesse grupo é uma oportunidade de compartilhar com um grande número de instituições públicas que atendem populações carentes e desfavorecidas em termos de acesso à saúde todo o *know-how* assistencial e de gestão dos profissionais da instituição.

Atualmente, a BP estuda o melhor formato para aportar toda sua *expertise* acumulada ao longo dos mais de 160 anos de existência, uma mobilização que envolve direta e indiretamente diversas áreas da instituição em projetos de âmbito nacional.

Paralelamente à entrada no Proadi-SUS, a BP revisitou o modelo de atuação social, passando a atuar extramuros em projetos que contam com o apoio de empresas parceiras e investidores sociais, de forma a maximizar o impacto social das ações empreendidas e contribuir para a melhoria das condições de saúde das populações atendidas.

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidade sem Finalidade de Lucros".

O Conselho Fiscal recomendou a aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2022 em reunião no dia 28 de março de 2023. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Associação em 30 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo e passivo atuarial mensurado ao valor presente.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação. Todas os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

Com base em premissas, a Associação faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

– **Nota explicativa 9** – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
– **Nota explicativa 18.a -** reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
– **Nota explicativa 19** – mensuração de obrigações de benefícios definidos; principais premissas atuariais;
– **Nota explicativa 21** – reconhecimento de receita: estimativa de expectativa de glosas;

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Associação pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes incluem substancialmente depósitos à vista, denominados em Reais, sem restrição de uso e que são mantidos com a finalidade de atender a compromisso de caixa de curto prazo e, não para investimentos ou outros fins. A Associação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Associação. A Associação adota como política contábil apresentar os juros recebidos dos títulos e valores mobiliários nas atividades de investimentos nas demonstrações dos fluxos de caixa por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 a 34A do CPC 3 - Demonstrações do Fluxo de Caixa.

d. Recursos vinculados a convênios

Recursos vinculados a convênios representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados no projeto para fazer frente às obrigações do convênio.

e. Contas a receber

As contas a receber de pacientes e convênios são registradas pelo valor produzido, ou seja, tendo como base a etapa de execução dos serviços até a data-base do balanço, compreendendo parcelas já faturadas e outras pelos serviços prestados a faturar, líquido da expectativa de glosas de convênios, abatimentos e descontos comerciais. A conta de valores a faturar refere-se aos serviços já prestados junto a operadoras de serviços, amparados por relação contratual, que aguardam cronograma de emissão de fatura e envio.

A provisão para perda de glosas e crédito esperada estimada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

f. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre custo e valor realizável líquido e correspondem aos itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Associação possui procedimento para análise periódica do custo e do valor realizável líquido dos estoques, bem como realiza controle rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque.

g. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Associação questiona a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo e são apresentados pelos valores originais no ativo não circulante no montante de R$ 6.517 (R$ 12.407 em 2021) e para aqueles processos em que os depósitos judiciais possuem uma respectiva provisão para contingência pelos assessores jurídicos da Associação, estes são apresentados deduzindo da respectiva provisão no montante de R$ 3.638 (R$ 3.264 em 2021).

h. Propriedade para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada e apresentada pelo seu valor de custo de aquisição menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na taxa de 1,67% a.a. (60 anos), de acordo a avaliação patrimonial realizada para o respectivo imóvel.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Anualmente, a Associação mensura o valor justo das propriedades para investimentos para fins de divulgação nas demonstrações financeiras.

i. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Custos subsequentes

Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Associação e que o seu custo pode ser medido de forma confiável.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

Edificações/benfeitorias	60
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos	11
Móveis, máquinas e utensílios	11
Imóveis	60
Instalações	25
Equipamentos de informática	5
Biblioteca	2
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A última revisão realizada em 2022 não apresentou alteração relevante nas vidas úteis.

j. Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído um ajuste do ativo para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Associação avalia os ativos do imobilizado quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, a última revisão realizada no exercício de 2022, não identificou indicativos de impairment

k. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Associação apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Associação considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Associação, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Associação em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Associação, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Associação.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Associação são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Durante o exercício de 2022, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros.

l. Arrendamentos

No início de um contrato, a Associação avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Associação utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

A Associação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Associação. Geralmente, a Associação usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Associação determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Associação alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Associação considera como atividades de financiamento o pagamento do passivo de arrendamento correspondente aos juros e principal.

m. Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

n. Benefícios a funcionários

A Associação não possui planos de pensão ou obrigações pós aposentadoria.

o. Provisão atuarial

A Associação possui obrigações futuras assumidas com seus associados, previsto em Estatuto Social, de atendimento médico hospitalar gratuito vitalício no Hospital BP.

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

A cada encerramento do exercício, a obrigação presente assumida é calculada a valor presente, com base nas regras determinadas no CPC 33 (R1) - benefício a empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo obtidos os resultados em consonância com critérios atuariais.

A Associação vem adotando de forma consistente a CPC 33 (R1) para reconhecimento de seu passivo atuarial em função de possuir obrigações futuras em contrapartida a serviços prestados por associados. Os associados representam benfeitores que contribuíram para a formação e crescimento da Associação por meio de (i) prestação de serviços médicos gratuitos à população, (ii) fomento das operações no processo de captação de recursos e busca de novos associados, e (iii) dedicação de tempo na gestão da Associação por meio de participação em atividades de conselho.

A Associação, amparado por assessores jurídicos externos, consideram que em virtude da forma de atuação dos associados e as previsões estatutárias, os associados possuem características de sócios na instituição e não apenas um mero beneficiário de um plano de saúde, reforçando ainda mais a aplicação da CPC 33 (R1) - benefício a empregados.

Dessa forma, os serviços prestados por associados atendem os critérios da CPC 33 (R1) que requer que a Associação reconheça um passivo quando houver a prestação de um serviço em troca de benefícios a serem pagos e/ou fornecidos no futuro e uma despesa quando a Associação se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido em troca desses benefícios.

p. Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos pelo valor justo, no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação, em seguida são apresentados pelo custo amortizado, isto é, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros por competência.

A Associação adota como política contábil apresentar os juros nas atividades de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixa por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros.

q. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

r. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Associação é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

s. Outras provisões

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou implica como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

t. Gastos a incorrer em convênios

O reconhecimento de receitas e despesas é efetuado pelo regime de competência do exercício. Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios no ativo circulante e o crédito de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante. A medida que os gastos do convênio incorre, no mesmo momento as receitas com convênio são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida ao débito do passivo de gastos a incorrer em convênios.

u. Apuração do resultado

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados líquido da expectativa de abatimentos, glosas e descontos comerciais e quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes aos serviços prestados forem transferidos para o cliente, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Associação, (iii) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Prestação de serviços	O cliente obtém o controle das receitas com a prestação de serviço e atendimento de pacientes Convênios, SUS, Particulares e outras prestações de serviços voltados para a assistência dessas atividades. Os contratos com convênios e operadoras de planos de saúde permitem ao cliente a recusa parcial ou total da fatura (glosa), por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. Estas perdas são mensuradas pela Associação com base em históricos recentes e descontadas da receita de prestação de serviços.	As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

v. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2022, a Associação não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Associação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

– é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
– seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de convênios, particulares e SUS e outros créditos provenientes de prestação de serviços.

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, adiantamento de clientes e outras contas a pagar.

(iii) Desreconhecimento

A Associação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Associação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirar. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Associação não possuía em 31 de dezembro de 2022 e 2021 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge.

w. Trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Associação sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida das respectivas em outras despesas. Em 31 de dezembro de 2022 a Associação registrou o montante de R$ 1.235 (R$ 1.019 em 2021) referente a trabalhos voluntários.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 17/CPC 50 – Contratos de seguro: nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica à Companhia. A alteração vigora a partir de 1° de janeiro de 2023.

- Alterações ao IAS 1/CPC 26 – Classificação de passivos como circulante e não circulante. A alteração vigora a partir de 1° de janeiro de 2023.

- Alterações ao IAS 8/CPC 23 - Definição de estimativas contábeis. A alteração vigora a partir de 1° de janeiro de 2023.

- Alterações ao IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A alteração vigora a partir de 1° de janeiro de 2023.

- Alterações ao IAS 12/CPC 32: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação. Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Associação.

8 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

a. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixas e bancos	248	1.434
Aplicações financeiras	121.658	103.443
	121.906	104.877

Caixas e bancos referem-se aos saldos em conta corrente. As aplicações financeiras estão distribuídas em aplicações com liquidez diária, remuneradas a taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo de 96% a 104,5% do CDI.

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

b. Títulos e valores mobiliários

	Remuneração	2022	2021
Letras financeiras	104,5% do CDI	-	91.716
CDB	102,4% do CDI	-	71.568
Letras de arrendamento mercantil	102,5% do CDI	-	-
		-	163.284

Os valores foram integralmente resgatados e reinvestidos em aplicações financeiras de liquidez imediata, sem carência.

c. Recursos vinculados a convênios

	2022	2021
Aplicações financeiras	324	91

Os valores de recursos vinculados a convênios referem-se a convênios firmados com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde e aquisição de produtos médicos de uso único visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, remunerados em Fundos de Investimentos referenciados DI com autorização da Diretoria Administrativa, conforme ata de diretoria do dia 14/06/2021.

Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e o crédito de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante.

9 Contas a receber

	2022	2021
Convênios	987.607	714.385
Pacientes particulares	190.471	174.237
Sistema único de saúde – SUS	12.796	12.899
Outros	705	-
	1.191.579	901.521
Provisão para perda de crédito esperada (a)	(250.164)	(159.432)
	941.415	742.089

(a) Provisão para perda com glosas de convênios e para perda com crédito esperada – convênios e particulares

A provisão para perda com glosas de convênios é realizada com base em análises de perdas históricas por convênios, sendo adotado pela Associação em 31 de dezembro de 2021 a estimativa média entre 3,6% a 4,0% sobre a receita bruta com convênios. Em 31 de dezembro de 2022, a estimativa adotada pela Associação passou a ser 7,2% sobre contas a receber em

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

aberto. Essa estimativa é revisada pela Associação a cada data de encerramento da demonstração financeira consistente com os requerimentos do CPC 48

O saldo de convênios refere-se aos saldos de contas a receber com convênios e operadoras de planos de saúde que sofreram recusa parcial ou total da fatura (glosa), por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento, que estão em negociação ou por inadimplência.

A Associação utiliza a média dos valores não recebidos dos últimos 6 anos, considerando inadimplências, glosas e outros motivos em aberto, bem como ganhos provenientes das implantações de melhorias no processo do ciclo da receita, para o cálculo da taxa efetiva de perda esperada do contas a receber.

Em 31 de dezembro de 2022, o contas a receber por vencimento é apresentado abaixo:

	Saldo bruto Convênios	**Saldo Bruto Particulares**	**Provisão para perda de crédito esperada**
À vencer	532.504	6.864	(55.561)
Vencidos de 01 até 30 dias	58.125	4.684	(4.522)
Vencidos entre 31 e 60 dias	27.363	3.542	(2.225)
Vencidos entre 61 e 90 dias	27.487	6.874	(2.474)
Vencidos entre 91 e 120 dias	24.353	4.358	(2.067)
Vencidos entre 121 e 180 dias	27.081	8.540	(2.564)
Acima de 180 dias	290.694	155.609	(180.751)
	987.607	190.471	(250.164)

A provisão para perda esperada constituída para cobrir eventuais perdas de contas a receber apresentaram a seguinte movimentação:

Saldo em 31/12/2020	**(99.567)**
(+) Novas provisões constituídas (afetam resultado)	(96.464)
(-) Baixa de provisão por aceite de glosas	21.241
(-) Baixa por perda efetiva	15.358
Saldo em 31/12/2021	**(159.432)**
(+) Novas provisões constituídas (afetam resultado)	(138.573)
(-) Baixa de provisão por aceite de glosas	29.499
(-) Baixa por perda efetiva	18.342
Saldo em 31/12/2022	**(250.164)**

No ano de 2022, a Administração autorizou a baixa de R$ 18.342 (R$ 15.538 em 2021), diretamente da conta de provisão para perda de crédito esperada e provisão para glosas, bem como do contas a receber, montante este relativo aos títulos em aberto até 31 de dezembro de 2020 para convênios e até 2019 para particulares, os quais não foram recebidos até 31 de dezembro de 2022 e a Administração entende não haver mais possibilidade de recebimento desses títulos.

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

10 Estoques

	2022	2021
Almoxarifado - depósito fechado e farmácia	38.895	38.806
Almoxarifado geral	7.295	8.736
Almoxarifado – outros	11.083	12.160
	57.273	59.702

A Associação realiza controle rotineiro da validade e obsolescência dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque, portanto não há provisões para obsolescência e/ou perdas de estoques.

11 Propriedade para investimento

Em dezembro de 2017, a Associação adquiriu um imóvel situado no Bairro da Penha – SP de propriedade da massa falida do Hospital Nossa Senhora da Penha S.A., por meio de leilão judicial da 2ª Vara de Falência e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, para atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS). Em maio de 2021, a Associação decidiu encerrar as atividades e em virtude de não estar em uso das operações, a Associação reclassificou este imóvel para propriedade para investimento.

	2022	2021
Imóveis para investimento	44.096	44.069
Total do custo	44.069	44.069
Depreciação:	(4.626)	(3.686)
Total da depreciação acumulada	(4.626)	(3.686)
Saldo líquido	39.443	40.383

Mensuração do valor justo

Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo de todas as propriedades para investimentos foi mensurado em R$ 38.635, considerando o fator de comercialização de 75%.

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

12 Imobilizado

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Edificações/benfeitorias	426.570	88	(139)	11.677	438.191
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos	257.750	600	(5.110)	12.900	266.142
Móveis, máquinas e utensílios/colchões roupas similares	100.402	1.119	(315)	3.996	105.203
Imóveis	23.251	-	(3.612)	-	19.642
Instalações	85.266	-	-	3.640	88.906
Equipamentos de informática	43.435	1.547	(145)	1.701	46.538
Terrenos	355.940	-	(27.469)	-	328.471
Biblioteca	776	-	-	-	776
Veículos	473	-	-	-	473
Imobilizações em andamento e importações	12.291	52.376	-	(34.914)	30.751
Total custo	**1.306.154**	**55.730**	**(36.790)**	**-**	**1.325.093**

Depreciação	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Edificações/benfeitorias	(102.930)	(6.343)	10	-	(109.263)
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos	(170.629)	(21.669)	4.945	-	(187.353)
Móveis, máquinas e utensílios/colchões roupas similares	(46.623)	(5.677)	190	-	(52.110)
Imóveis	(12.420)	(355)	2.618	-	(10.157)
Instalações	(13.615)	(1.495)	-	-	(15.110)
Equipamentos de informática	(33.387)	(4.704)	134	-	(37.957)
Biblioteca	(352)		-	-	(352)
Veículos	(148)	(79)	-	-	(227)
Total depreciação	**(380.103)**	**(40.322)**	**7.897**	**-**	**(412.528)**
Imobilizado líquido	**926.050**	**(15.408)**	**(28.893)**	**-**	**912.566**

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Edificações/benfeitorias	455.340	152	-	- 28.922	426.570
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos	256.900	106	(1.976)	2.720	257.750
Móveis, máquinas e utensílios/colchões roupas similares	98.126	69	(990)	3.197	100.402
Imóveis	23.348	-	(97)	-	23.251
Instalações	80.504	-	(48)	4.810	85.266
Equipamentos de informática	43.293	8	(974)	(6.414)	43.435
Terrenos	362.649	-	(295)	-	355.940
Biblioteca	776	-	-	-	776
Veículos	75	398	-	-	473
Imobilizações em andamento e importações	9.044	23.815	-	(20.568)	12.291
Total custo	**1.330.055**	**24.548**	**(4.380)**	**(44.069)**	**1.306.154**

Depreciação	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Edificações/benfeitorias	(98.631)	(7.989)	4	3.686	(102.930)
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos	(149.663)	(22.609)	1.643	-	(170.629)
Móveis, máquinas e utensílios/colchões roupas similares	(43.222)	(3.946)	545	-	(46.623)
Imóveis	(12.118)	(357)	55	-	(12.420)
Instalações	(12.085)	(1.539)	9	-	(13.615)
Equipamentos de informática	(28.516)	(5.785)	914	-	(33.387)
Biblioteca	(352)	-	-	-	(352)
Veículos	(121)	(27)	-	-	(148)
Total depreciação	**(344.707)**	**(42.252)**	**3.170**	**3.686**	**(380.103)**
Imobilizado líquido	**985.348**	**(17.705)**	**(1.210)**	**(40.383)**	**926.050**

O valora de R$ 40.383, refere-se a transferência do imóvel da Penha para propriedade para investimento.

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

(a) O saldo de R$ 30.751 refere-se a imobilizado em andamento substancialmente, a gastos acumulados com obras, construções e benfeitorias, que ainda não se encontram concluídas e que serão transferidas para o imobilizado quando do início efetivo de utilização das áreas disponibilizadas, bem como valores desembolsados de despesas gerais para aquisição de equipamentos hospitalares, os quais se encontram em trânsito e/ou aguardando liberação alfandegária.

(b) Foram reclassificados para imóveis destinado a venda no ativo circulante, os terrenos vendidos que estão em fase final de diligência pela compradora. Para efetivação da venda foi recebido antecipadamente 10% do valor, conforme previsto no contrato de compra e venda assinado em 31 de outubro de 2022.

13 Operações de arrendamento – direito de uso

A Associação possui contratos de aluguel para imóveis e locação de equipamentos, com prazos entre 01 a 10 anos e opção de renovação. Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico do CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil.

Os arrendamentos especificados na norma foram registrados como Ativo: Direito de uso ao valor presente, gerando inicialmente um aumento do Ativo e Passivo, bem como uma despesa mensal de amortização destes bens, juntamente com a despesa de juros.

A Associação fez um estudo técnico com o auxílio de consultorias externas especializadas e definiu as premissas para os cálculos dos efeitos iniciais, as de taxas de juros para o registro de valor presente, bem como o período de vida útil (com possíveis renovações).

Ativo de direito de uso

A movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

Ativo - direito de uso	**Saldo final em 31/12/2020**	**Adições**	**Saldo final em 31/12/2021**	**Adições**	**Saldo final em 31/12/2022**
Imóveis e veículos	10.055	6.948	17.003	1.796	18.799
Custo direito de uso	**10.055**	**6.948**	**17.003**	**1.796**	**18.799**
Depreciação direito de uso	**(2.223)**	**(4.297)**	**(6.520)**	**(4.993)**	**(11.513)**
Direito de uso	**7.832**	**(2.651)**	**10.483**	**(3.197)**	**7.286**

Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	
Saldo final em 31/12/2020	**7.830**
Adições (+)	6.948
Pagamentos (-)	(5.302)
Juros incorridos (+)	500
Saldo final em 31/12/2021	**9.976**
Adições (+)	1.796
Pagamentos (-)	(5.665)
Juros incorridos (+)	644
Saldo final em 31/12/2022	**6.751**
Circulante	**2.026**
Não circulante	**4.725**

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2022, a Associação possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	31/12/2022
Até 1 ano	2.026
Entre 1 e 5 anos	3.950
Mais de 5 anos	775
	6.751

14 Fornecedores de materiais e medicamentos

	2022	2021
Fornecedores nacionais	301.509	175.656

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	2022	2021
Vencidos	7.546	2.033
A vencer até 30 dias	98.966	68.956
A vencer de 31 a 90 dias	178.726	97.585
A vencer de 91 a 180 dias	15.437	7.028
A vencer há mais de 181 dias	834	22
	301.509	175.656

15 Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de empréstimos estava composto como segue:

Banco		Último Vencimento	2022	2021
Votorantim	CDI + 1,20%	30/03/2027	72.595	86.726
BTG	CDI + 3,05%	11/11/2024	-	66.530
Itaú	CDI + 2,99%	10/03/2027	160.350	70.487
Santander	CDI + 2,85%	30/03/2027	65.179	63.588
			298.124	287.331
Curto prazo			51.371	155.382
Longo prazo			246.753	131.949

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

2024	59.143
2025	76.949
2026	76.949
2027	33.712
Total	**246.753**

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

Cláusulas restritivas de covenants financeiros e não financeiros – Vencimentos antecipados

O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidos obrigações decorrentes dos empréstimos – CCBs, e exigir imediato pagamento pela Associação do saldo devedor nominal unitário dos empréstimos – CCBs acrescido da remuneração de juros do período, caso a Associação não cumpra com algumas cláusulas contratuais, relacionadas abaixo, por sua vez consideradas como eventos inadimplentes.

(i) Banco Itaú - Índice resultante do quociente entre Dívida Líquida e o EBITDA menor ou igual a 2,5x nos exercícios de 2022 e 2023.

(ii) Banco Santander - Índice resultante do quociente entre Dívida Líquida e o EBITDA menor ou igual a 2,5x nos exercícios de 2022 e 2023.

As cláusulas contratuais acima foram cumpridas em 31 de dezembro de 2022.

Conciliação da posição patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes da atividade de financiamento

Saldo em 31/12/2020	**284.322**
(-) Pagamento de juros	(16.150)
(+) Juros e variação monetária provisionados	19.159
Saldo em 31/12/2021	**287.331**
(+) Captação de financiamentos	288.500
(-) Pagamentos	(283.000)
(-) Pagamento de juros	(36.839)
(+) Juros e variação monetária provisionados	42.131
Saldo em 31/12/2022	**298.123**

16 Obrigações trabalhistas e sociais

	2022	2021
Provisão para férias	54.415	47.520
Salários a pagar e gratificações	43.622	51.826
IRRF a recolher	9.328	6.022
FGTS a recolher	5.113	4.138
INSS a recolher	2.850	2.712
Empréstimos consignados	1.818	1.804
Benefícios	1.171	1.022
	118.317	115.044

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

17 Gastos a incorrer de convênios

A seguir apresentamos a movimentação dos gastos a incorrer com convênios demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação bem como os montantes utilizados na execução dos convênios (consumo):

Gastos a incorrer em 31 de dezembro de 2020	**23.069**
(+) Valores recebidos	730
(+) Receitas financeiras	174
(-) Consumo e depreciação (imobilizado)	(2.973)
(-) Consumo (despesas com materiais)	(4.242)
(-) Devoluções	(2.345)
Gastos a incorrer em 31 de dezembro de 2021	**14.413**
(+) Valores recebidos	700
(+) Receitas financeiras	24
(-) Consumo e depreciação (imobilizado)	(2.372)
(-) Consumo (despesas com materiais)	(2.574)
(-) Devoluções	(32)
Gastos a incorrer em 31 de dezembro de 2022	**10.159**

– **Valores recebidos/captados -**referem-se aos montantes recebidos para incentivo ao contrato de convênios.

– **Receitas Financeiras -** montantes advindos de rendimento de aplicação financeira destinada aos convênios.

– **Consumo -** referem-se aos gastos que foram empregados nos convênios ao longo do exercício social.

– **Devoluções** – referem-se aos valores não empenhados nos convênios no período que foram devolvidos em virtude do encerramento dos contratos de convênios correspondentes.

18 Provisão para contingências e depósitos judiciais

a. Provisão para contingências

A Associação é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e fiscais, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Para cobertura das perdas consideradas como prováveis, foram constituídas provisões nos montantes indicados a seguir:

	2022			**2021**		
	Saldo de contingência	**Depósito judicial**	**Saldo líquido**	**Saldo de contingência**	**Depósito judicial**	**Saldo líquido**
Trabalhista	32.397	(3.193)	29.204	25.242	(2.127)	23.115
Cível	2.215	(396)	1.819	2.535	(1.137)	1.398
Fiscal	508	(49)	459	171	-	171
Total de contingências	35.120	(3.638)	31.482	27.948	(3.264)	24.685

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

As movimentações na provisão para contingências no exercício de 2022 estão apresentadas a seguir:

	2021	Constituição de provisão	Pagamentos	2022
Trabalhistas e previdenciárias (i)	25.242	15.641	(8.486)	32.397
Cíveis (ii)	2.535	1.419	(1.739)	2.215
Fiscais	171	337	-	508
	27.948	17.397	(10.225)	35.120

	2020	Constituição de provisão	Pagamentos	2021
Trabalhistas e previdenciárias (i)	25.375	12.622	(12.755)	25.242
Cíveis (ii)	5.169	2.321	(4.955)	2.535
Fiscais	166	5	-	171
	30.710	14.948	(17.710)	27.948

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

(i) Trabalhistas e previdenciárias

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior em processos semelhantes referentes às quantias reivindicadas, analisou os processos em andamento e constituiu provisão no montante de R$ 32.397 (R$ 25.242 em 2021), considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. Os principais temas abordados nesses processos versam sobre: horas extras; adicionais de insalubridade; equiparação salarial; verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados.

Em 31 de dezembro de 2022, montante de causas classificadas como possível totalizava R$ 73.297 (R$ 68.764 em 2021), sobre as quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

(ii) Cíveis

As principais ações estão relacionadas a reclamações de pacientes requerendo indenização por danos morais e materiais decorrentes de supostos erros médicos praticados nas dependências hospitalares da Associação. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de causas classificadas como possível totalizava R$ 56.427 (R$ 53.242 em 2021) sobre as quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

(iii) Fiscais

Em 31 de dezembro de 2022, montante de causas classificadas como possível totalizava R$ 3.359 (R$ 3.090 em 2021), sobre as quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

b. Depósitos judiciais - Mantidos no ativo não circulante

Estão registrados nesta conta os depósitos judiciais fiscais, atualizados pelos índices oficiais até a data do balanço, para os quais as respectivas ações foram consideradas pelos consultores jurídicos como riscos remotos ou possíveis, consequentemente não reconhecidas como uma obrigação na Associação, sendo esta sua movimentação e composição:

	31/12/2021	Entradas	Saídas	Atualização	31/12/2022
Cível	1.648	172	(508)	179	1.491
IPI e II (i)	5.788		(5.972)	410	226
IPTU (ii)	1.707		(637)	92	1.162
	9.143	172	(7.117)	681	2.879

As principais naturezas podem ser resumidas a seguir:

IPI e II

Em 09.04.1996 a BP ajuizou ação judicial em face da União Federal, tombada sob o nº 0009580-10.1996.4.03.6100, objetivando a declaração de inexistência de relação jurídica tributária no que se refere ao recolhimento do Imposto de Importação – II e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI em razão da imunidade de que dispõe o artigo 150, inciso VI, alínea C da Constituição Federal.

Durante o trâmite processual, a BP efetuou o depósito judicial dos valores relacionados aos impostos em destaque em garantia. Em 18.09.2008 foi proferida Sentença reconhecendo a imunidade garantindo assim, o levantamento dos depósitos realizados em garantia.

Após a interposição dos recursos pela União, a decisão finalmente transitou em julgado, tendo havido em, 11.11.2022, a autorização judicial para o levantamento dos valores.

(i) IPTU

A Prefeitura de São Paulo reconhece a imunidade do IPTU apenas dos imóveis utilizados para finalidades assistenciais (imóveis que integram os complexos Hospitalares e os utilizados pelas Clínicas externas). Os imóveis locados, vagos e terrenos são tributados pela Prefeitura. Todas as execuções fiscais propostas pela Prefeitura visando à cobrança do IPTU são embargadas (questionadas judicialmente) pela Associação. Os valores questionados são depositados em Juízo e a Associação tem obtido decisões favoráveis.

19 Passivo atuarial

O Estatuto Social da Associação prevê a existência de obrigações futuras assumidas com seus associados, representadas por atendimento médico hospitalar gratuito vitalício no Hospital BP, sendo previstos os seguintes direitos dos Associados de qualquer categoria:

a. Recorrer a consultas médicas gratuitas, desde que previamente marcadas nos dias e horas regulamentares, com médicos credenciados.

b. Receber, no Hospital BP, o tratamento de que necessitem;

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

c. Internar-se no Hospital BP, sob prescrição de médico credenciado pela Beneficência Portuguesa, para receberem o tratamento e assistência nas especialidades para as quais a Beneficência Portuguesa esteja aparelhada, até o dia em que o médico lhes der alta; dentre outros.

A cada encerramento do exercício, a obrigação presente assumida foi calculada a valor presente, com base nas regras determinadas no CPC 33(R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo obtidos os resultados em consonância com critérios atuariais, assim demonstrados:

	2022	2021
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	(386.254)	(439.140)
Taxa de desconto atuarial do período anterior	9,17%	7,43%
Custo de juros sobre a obrigação	(34.269)	(30.945)
(Perda) ganho atuarial do período reconhecido em resultado abrangente	(2.722)	52.739
Custo com atendimento com associados	38.427	31.092
Efeito líquido sobre provisão atuarial	1.436	52.886
Obrigação total no final do exercício	**(384.818)**	**(386.254)**

A taxa de desconto utilizada para os cálculos é baseada em títulos disponíveis no mercado brasileiro (títulos públicos de longo prazo), prazo esperado de duração do passivo do benefício avaliado, taxa de desconto líquida de inflação e a taxa de inflação esperada de longo prazo, chegando a taxa nominal de 9,17% a.a. e 7,43% em 2021.

Para determinação dos valores em referência, a Associação contratou a empresa Milliman, a qual adotou as seguintes premissas e parâmetros na emissão de seu relatório em 16 de janeiro de 2023:

(1) Número de associados expostos ao risco da Beneficência Portuguesa de São Paulo, por faixa etária e sexo nos anos de 2022 e 2021;

(2) Bases técnicas e atuariais:

	2022	2021
Taxa de desconto (nominal)	12,75%	9,17%
Taxa de inflação geral	6,15%	3,50%
HCCTR/Inflação médica (nominal)	8,18%	6,60%
Tábua biométrica		
Mortalidade de válidos (i)	EMSsb-2021 por idade e gênero	AT-2000
Entrada em invalidez	*Não aplicável*	*Não aplicável*
Mortalidade de inválidos	*Não aplicável*	*Não aplicável*
Método de capitalização	PUC	PUC
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável
Despesas administrativas	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de correção das despesas	1	1
Aumento do custo por idade (aging factor)	3,01%	3,00%
Duration (anos)	12,56	13,32

(i) BR-EMSsb-2021 por idade e gênero

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

20 Patrimônio líquido

Patrimônio social

Conforme estatuto social, a Associação deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, não poderá distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

Ajuste de avaliação patrimonial (reavaliação de bens)

O ajuste de avaliação patrimonial foi constituído em decorrência da atribuição do "*deemed cost*" no momento da aplicação pela primeira vez das normas do CPC, da rubrica de imóveis do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada no exercício de 2010. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação e/ou baixa dos bens reavaliados contra o superávit acumulado.

Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência possuir imunidade tributária.

21 Receita da atividade hospitalar

Abaixo apresentamos a conciliação das receitas hospitalares desagregadas por tipos de contrato de clientes:

	2022	2021
Pacientes convênios	1.789.832	1.613.047
Pacientes SUS	54.178	66.485
Pacientes particulares	112.612	130.319
	1.956.622	1.809.851
Glosas de convênios	(110.473)	(63.178)
	1.846.149	1.746.673

Além disso, também demonstramos abaixo a desagregação da receita por hospitais da Associação:

	2021	2021
Hospital BP Paulista	1.366.120	1.267.965
Hospital BP Mirante	480.029	458.805
Hospital BP Penha	-	19.903
	1.846.149	1.746.673

22 Custo dos materiais, medicamentos e honorários médicos

	2021	2021
Materiais médicos e medicamentos	373.111	361.512
Órteses e próteses	169.147	116.960
Honorários médicos	119.005	108.668
	661.263	587.140

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

23 Despesas com pessoal

	2022	2021
Salários e ordenados	437.619	390.596
Provisões e encargos sociais	81.673	96.882
Benefícios sociais	107.416	84.986
Encargos sociais	44.587	43.648
Desenvolvimento de recursos humanos	5.720	5.103
	677.016	621.215

24 Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Serviços prestados	311.012	293.405
Despesas com materiais	52.075	49.752
Energia, utilidades e telecomunicações	23.836	21.749
Comunicação e marketing	16.386	17.825
Provisão para contingências	17.396	14.948
Impostos, taxas e contribuições	1.305	4.428
Despesas gerais (*)	(5.328)	7.932
	416.682	410.039

(*) Na rubrica de despesas gerais temos as reclassificações dos custos indiretos absorvidos pelos projetos do Proadi no valor de R$ 13.633, conforme critério de rateio.

25 Receita financeira líquida

	2022	2021
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	18.172	12.796
	18.172	12.796
Despesas financeiras		
Juros sobre passivo atuarial	(34.269)	(30.945)
Juros sobre financiamentos	(42.131)	(19.159)
Juros sobre outras operações	(2.516)	(498)
Descontos concedidos	(156)	(384)
Variações cambiais e monetárias líquidas	(10.690)	(13.116)
Outras despesas financeiras (*)	(15.769)	(5.365)
	(105.531)	(69.467)
	(87.359)	(56.671)

(*) Na rubrica de outras despesas financeiras temos o valor do deságio de R$ 11,8 milhões referente a venda dos precatórios (nota 27).

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

26 Assistência social e Certificações

a. Certificação de Associação Beneficente de Assistência Social A Associação é portadora do Certificado de Associação Beneficente de Assistência Social – CEBAS renovado pela Portaria n° 144/2023, de 30 de julho de 2018, publicado no DOU em 10 de fevereiro de 2023, com validade para o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Proadi-SUS

A Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência - BP tem como um dos seus principais valores o de acreditar que para criarmos um mundo melhor e uma sociedade mais justa não basta cada um fazer a sua parte. É preciso ir além. A filantropia está em nosso DNA e uma de suas frentes é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS). O PROADI-SUS é uma ferramenta de política pública de saúde financiada com recursos de imunidade fiscal concedida para hospitais filantrópicos com excelência reconhecida pelo Ministério da Saúde, como é o caso da Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência – BP desde 2020. A BP como participante do PROADI – SUS possui ampla atuação nacional abarcando 26 unidades federativas e Distrito Federal.

O valor reconhecido como gastos com ações em filantropia de R$ 102.155 refere-se ao valor apurado pela Associação a ser incorrido em projetos do Proadi-SUS, sendo R$ 88.107 já incorridos, como demonstrado a seguir, e R$ 14.048 a incorrer no próximo exercício.

	Total
PROADI Projeto Regionalização	6.082
PROADI Projeto Regula Mais Brasil Colaborativo	100
PROADI Projeto Saúde em Nossas Mãos	3.332
PROADI Projeto Rede Colaborativa	9.503
PROADI Projeto Lean nas Emergências	7.826
PROADI Projeto Mapa Genoma Brasil	17.174
PROADI Projeto Capacitação BLS	10.543
PROADI Projeto Tele-UTI	1.176
PROADI Projeto Tele Nordeste	4.534
PROADI Projeto Planificação da Atenção à Saúde	5.112
PROADI Projeto Educa V.E	1.692
PROADI Projeto TMO	8.552
PROADI Projeto Impacto MR	467
PROADI Projeto Endometriose	2.404
PROADI Projeto Guia Alimentar	1.590
PROADI Projeto Boas Práticas em Cardiologia	3.666
TOTAL	83.753
Compartilhado	4.354
Provisão da isenção a ser realizada nos próximos exercícios	14.048
Total	**102.155**

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

27 Outras receitas operacionais

	2022	2021
Outras receitas	6.532	4.797
Vendas de imobilizado	199	737
Recuperação despesas (*)	50.213	-
Reversão Ações de Filantropia (**)	51.228	-
Receita emenda parlamentar	4.205	6.006
	112.377	11.540

(*) Na conta de recuperação de despesas contem o reconhecimento de R$ 48,1 milhões referente ao Processo n° 5019309-03.2018.4.03.6100 PIS sobre folha do período de 1999 a 2014, que teve decisão transitada em julgado, onde foi expedido precatório federal a favor da Associação. Houve a cessão definitiva do precatório ao Banco Santander, sem direito de regresso, pelo valor de R$ 35,3 milhões.

(**) Estorno da provisão de Ações de filantropia constituída no exercício de 2021 no montante de R$ 51.228, por não haver indicação de realização.

28 Renúncia Fiscal

Em atendimento a ITG 2002(R1) - Associação sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG 2002(R1) em setembro de 2015, a Associação, por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal:

– Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL)
– Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)
– Programa para Integração Social (PIS)
– Contribuição Sobre Serviços (ISS) e Predial e Territorial Urbano (IPTU)
– Contribuição Patronal ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

29 Instrumentos financeiros

A Associação não possui operações financeiras com instrumentos financeiros, entretanto, poderá incorrer em riscos relativos a “Risco de crédito e Risco de liquidez”.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Associação requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Associação.

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Associação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Estrutura do gerenciamento de risco

O gerenciamento de risco da Associação visa identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associação caso um cliente ou contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios e SUS.

Para mitigar esses riscos, a Associação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glosas junto aos convênios médicos e constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto, para os valores a receber de convênios e particulares, a Associação constitui provisão para perdas julgada suficiente para cobrir eventuais inadimplências, quanto ao contas a receber do SUS o risco é minimizado por tratar-se de contas a receber de órgãos públicos cujos valores e limites de repasses de recursos estão pré definidos em contrato.

No que tange às instituições financeiras a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme demonstrado abaixo:

	2022	**2021**
Caixa e equivalente de caixa	121.906	104.877
Títulos e valores mobiliários	-	163.284
Recursos vinculados à terceiros	324	91
Contas a receber	941.415	742.089
Outros créditos	6.581	2.617
	948.320	1.012.958

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

Risco de liquidez

O quadro a seguir analisa os passivos e instrumentos financeiros da Associação, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados no quadro a seguir são os fluxos de caixa não descontados contratados e, portanto, podem não ser conciliados com os valores contábeis.

	Valor contábil	Valor Contratado	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de Dezembro de 2022						
Fornecedores de materiais e medicamentos	301.509	301.509	301.509			
Honorários e comissões médicas	28.425	28.425	28.425			
Empréstimos – CCB	298.124	288.500	51.370	136.092	110.662	
Outras contas a pagar	31.119	31.119	18.888	12.231		

	Valor Contábil	Valor Contratado	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de Dezembro de 2021						
Fornecedores de materiais e medicamentos	175.756	175.657	175.657			
Honorários e comissões médicas	25.979	25.979	25.979			
Empréstimos – CCB	287.331	313.913	155.382	130.245	1.704	
Outras contas a pagar	39.855	39.855	22.947	16.908		

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Associação eram:

Instrumentos de taxa variável	**2022**	**2021**
Ativos financeiros – CDI		
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	121.906	103.443
Títulos e valores mobiliários	-	163.284
Recursos vinculados à convênios	324	91
Total	122.230	266.818
Passivos financeiros – CDI		
Empréstimos	298.124	287.331
Total	298.124	287.331
Exposição líquida a variação do – CDI	175.894	20.513

A Associação mantém parcela substancial de suas aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e empréstimos indexados à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2022, a Associação apresentava exposição liquida a variação de CDI no montante de R$ 175.894 (R$ 20.512).

Risco cambial

A Associação mantinha operações de empréstimos em moedas estrangeiras que eram expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. Em 31 de dezembro de 2022 não possuíam instrumentos financeiros sujeitos a variação cambial, pois as transações foram liquidadas durante o exercício.

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

A Associação não opera com derivativos financeiros que visam proteger a exposição cambial de seus financiamentos em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2022, a Associação não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas aplicações financeiras ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Associação e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo se refere custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o acordo coletivo da categoria.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

Gestão de capital

A política da Administração da Associação é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Associação procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamentos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. Em 31 de dezembro de 2022, a Associação possuía um saldo de caixa e equivalente de caixas e títulos e valores mobiliários de R$ 121.906.

Estimativa do valor justo

A Associação divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2022		2021	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	-	163.284	163.284
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	121.658	121.658	103.443	103.443

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

	2022		2021	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	248	248	1.434	1.434
Contas a receber de clientes	941.415	941.415	742.089	742.089
Outros créditos	6.581	6.581	2.617	2.617
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores de materiais e medicamentos	301.509	301.509	175.657	175.657
Empréstimos – CCB	298.123	298.123	287.331	287.331
Honorários e comissões médicas	28.425	25.979	25.979	25.979
Adiantamento de clientes	19.817	19.817	3.953	3.953
Outras contas a pagar	31.119	31.119	39.855	39.855

As aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, classificadas como valor justo por meio do resultado, são classificadas na categoria nível 2.

Para os níveis 1 e 3, a Associação não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas-bases.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações.

30 Partes relacionadas

Ao longo do ano de 2022, a Associação não recebeu recursos de partes relacionadas

O estatuto da Associação em seu artigo 29 prevê que os membros do Conselho de Administração, bem como a Diretoria Administrativa, órgãos de governança responsáveis pela administração da Associação não são remunerados.

31 Eventos subsequentes

A Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência - BP concluiu, em 10 de janeiro de 2023, a constituição de uma nova companhia em parceria com Atlântica Hospitais e Participações S.A., controlada indireta do Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”) e Fleury S.A.

A nova companhia denominada de ABPF Oncologia S.A. tem como objetivo coordenar o cuidado da jornada do paciente oncológico, com soluções preventivas, pesquisas clínicas e cuidado de excelência, por meio de uma solução integrada, multicanal, humanizada e centrada no paciente. No fechamento da Transação, a BP – A Beneficência Portuguesa de São Paulo, Fleury S.A. e a Atlântica Hospitais subscreveram e integralizaram, cada uma, 1/3 do capital social votante da nova companhia e celebraram um Acordo de Acionistas, arquivado na sede da ABPF Oncologia S.A.

* * *

DocuSign Envelope ID: 41475B35-C853-4A8F-AABA-60D049B739D7

DocuSigned by:

3A19A176CE53401...

Assis Augusto Pires
Diretor Presidente

DocuSigned by:

Denise Soares dos Santos
CEO

DocuSigned by:

Marcos Nogueira Simões
CFO

DocuSigned by:

Valter Baptista Bornal
Contador
CRC 1SP 201.591/O-6

DocuSign

Certificate Of Completion

Envelope Id: E4A7D55EFFE540F089BF7558479EF070
Subject: Complete with DocuSign: BP_Relatorio de Auditoria e DFs_2022.pdf
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
Source Envelope:
Document Pages: 41
Certificate Pages: 2
AutoNav: Enabled
EnvelopeId Stamping: Enabled
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Status: Completed

Signatures: 1
Initials: 0

Envelope Originator:
Daniel Fumo
Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca
São Paulo, SP 05001-100
daniel.fumo@pwc.com
IP Address: 54.94.237.112

Record Tracking

Status: Original 30 March 2023 | 16:53	Holder: Daniel Fumo daniel.fumo@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 30 March 2023 | 16:56	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events	Signature	Timestamp
Daniel Fumo daniel.fumo@pwc.com Sócio de auditoria PricewaterhouseCoopers Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate **Signature Provider Details:** Signature Type: ICP Smart Card Signature Issuer: AC SERASA RFB v5 **Electronic Record and Signature Disclosure:** Not Offered via DocuSign	DocuSigned by: 530CEC3095D241B... Signature Adoption: Uploaded Signature Image Using IP Address: 54.94.237.112	Sent: 30 March 2023 | 16:55 Viewed: 30 March 2023 | 16:55 Signed: 30 March 2023 | 16:56

In Person Signer Events	Signature	Timestamp

Editor Delivery Events	Status	Timestamp

Agent Delivery Events	Status	Timestamp

Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp

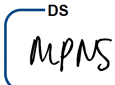
Certified Delivery Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Witness Events	Signature	Timestamp

Notary Events	Signature	Timestamp

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	30 March 2023 | 16:55
Certified Delivered	Security Checked	30 March 2023 | 16:55
Signing Complete	Security Checked	30 March 2023 | 16:56
Completed	Security Checked	30 March 2023 | 16:56



Payment Events	Status	Timestamps

DS VBB DS MPNS DS DS DS AAP